

UNIBRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRIELLY CORREIA LIMA DA SILVA
RHUANA SOBRAL VIEIRA BOTELHO

**ENCARGO DE FOLHA DE PAGAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

RECIFE
2024

ANDRIELLY CORREIA LIMA DA SILVA

RHUANA SOBRAL VIERA BOTELHO

**ENCARGO DE FOLHA DE PAGAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel(a) em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Dr. Jadson Freire Silva

RECIFE

2024

ANDRIELLY CORREIA LIMA DA SILVA
RHUANA SOBRAL VIEIRA BOTELHO

**ENCARGO DE FOLHA DE PAGAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário
Brasileiro - UNIBRA, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jadson Freire da Silva (Orientador)
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Prof. Dr. Bruno Melo Moura
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

. Prof. Me. Hugo Christian de Oliveira
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Recife, 26 de Janeiro de 2024.

NOTA: _____

RESUMO

O trabalho de finalização do curso tem como tema: "Encargos de Folha de Pagamento e Como Afetam as Micro e Pequenas Empresas" foram analisados os impactos dos encargos trabalhistas e tributários na saúde financeira e competitividade das Micro e Pequenas Empresas (MPE) no Brasil. A folha de pagamento, sendo um documento obrigatório para fins trabalhistas e fiscais, representa uma fonte significativa de custos operacionais, incluindo os salários, benefícios obrigatórios e impostos, os quais impactam diretamente a lucratividade e a sustentabilidade dessas empresas. Os autores pesquisados enfatizam que a gestão inadequada dos encargos sociais e trabalhistas pode comprometer a vida financeira das MPE, sendo um dos fatores determinantes para a alta taxa de mortalidade das organizações. O estudo destaca ainda a complexidade do sistema tributário brasileiro e discute como a desoneração da folha de pagamento pode atuar como uma estratégia eficaz para redução de custos e aumento da competitividade no mercado.

Com base em uma metodologia bibliográfica e qualiquantitativa, a pesquisa examinou legislações, artigos científicos e dados econômicos para compreender os desafios enfrentados pelas MPE's e abordou práticas como o planejamento tributário e a adesão ao Simples Nacional, um regime tributário que simplifica a arrecadação e promove a redução da carga tributária, incentivando a formalização e o fortalecimento dessas empresas.

Palavras-chave: Folha de Pagamento; Encargos Sociais na folha de pagamento; Desoneração na folha de Pagamento; Encargos Tributários; Micro e Pequenas Empresas; Simples Nacional.

ABSTRACT

The course's final work has the theme: "Payroll Charges and How They Affect Micro and Small Businesses" the impacts of labor and tax charges on the financial health and competitiveness of Micro and Small Businesses (MSE) in Brazil were analyzed. The payroll, being a mandatory document for labor and tax purposes, represents a significant source of operational costs, including salaries, mandatory benefits and taxes, which directly impact the profitability and sustainability of these companies. The researched authors emphasize that inadequate management of social and labor costs can compromise the financial life of MSEs, being one of the determining factors for the high mortality rate of organizations. The study also highlights the complexity of the Brazilian tax system and discusses how payroll tax relief can act as an effective strategy for reducing costs and increasing competitiveness in the market.

Based on a bibliographic and qualitative methodology, the research examined legislation, scientific articles and economic data to understand the challenges faced by MSEs and addressed practices such as tax planning and adherence to Simples Nacional, a tax regime that simplifies collection and promotes reducing the tax burden, encouraging the formalization and strengthening of these companies.

Keywords: Payroll; Social charges on the payroll; Payroll relief; Tax Charges; Micro and Small Businesses; Simple Nacional.

LISTA DE TABELAS (OPCIONAL)

TABELA 01: RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA	14
--	-----------

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS (OPCIONAL)

- MPE – Micro e Pequenas Empresas
- FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
- PIS – Programa de Integração Social
- PASEP – Programa De Formação Do Patrimônio Do Servidor Público
- DSR – Descanso semanal remunerado
- IRRF – Imposto de renda retido na fonte
- CPP - Contribuição Previdenciária Patronal
- CLT – Consolidação Das Leis Trabalhistas
- PBM – Plano Brasil Maior
- DAS – Documento Arrecadação Do Simples Nacional
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IRPJ- Imposto Renda Pessoa Jurídica
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- ISS - Imposto Sobre Serviço
- CPRB -Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta
- T. I – Tecnologia da Informação
- TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
- MP - Medida Provisória
- CTN – Código Tributário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	METODOLOGIA	10
2.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
5.	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Folha de pagamento é um documento obrigatório para efeitos de fiscalização trabalhista e previdenciária dos órgãos competentes. Com caráter essencial e obrigatória, ao emitir a folha de pagamento de todos os colaboradores da empresa, deve ser detalhado o que já foi pago, devido ou que está creditado Bezerra et al. (2019).

Segundo Neto et al. (2019), a lei 8.212/91, onde contém todas as informações detalhadas sobre a folha de pagamento contemplando benefícios e descontos de cada funcionário registrado na empresa, durante todo o período de atividade, com caráter obrigatório para cumprimento de legislações trabalhistas e tributárias.

Os encargos sociais de uma folha de pagamento é uma das áreas mais sensível e onerosa dentro da administração das empresas. Representando um dos maiores custos operacionais, com implicações significativas na sua saúde financeira. Bitencourt (2008) e Teixeira et al. (2008).

Esses encargos incluem não apenas os salários e benefícios dos colaboradores, mas também os impostos e contribuições obrigatórias como os encargos trabalhista (férias, décimo terceiro, adicional noturno, vale transporte), previdenciário (INSS, PIS/PASEP, FGTS) e fiscal (ISS, ICMS, COFINS, IRPJ, CSLL) que as empresas devem recolher e consequentemente, repassar aos respectivos órgãos competentes (Bitencourt; Teixeira et al. 2008).

Segundo Bitencourt (2008) e Teixeira et al. (2008), no Brasil, o maior desafio para se tornar mais competitivo no âmbito econômico, é obter eficiência no relacionada a altos encargos sociais e aumento de população afetando custo de trabalho, variação da taxa de câmbio e crescimento de produtividade.

Os encargos sociais, são revertidos indiretamente ou diretamente para fornecimento de benefícios, enquanto os encargos trabalhistas, são benefícios próprios de direito ao trabalhador, porém ambos são registrados na mesma fonte, a folha de pagamento (Neto et al. 2019).

Com a reforma trabalhistas, e complexidade das regras tributárias, as empresas enfrentam desafios significativos para garantir a conformidade e otimizar os seus recursos (Da Silva et al. 2022).

Os encargos sociais de uma folha de pagamento podem impactar diretamente a lucratividade, influenciar decisões estratégicas e afetar a capacidade de crescimento

e investimento das organizações. Para isso, entender a natureza desses encargos e seus efeitos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes para organização financeira e para a manutenção da saúde financeira do negócio (Da Silva *et al.* 2022).

A gestão eficiente do negócio, mantendo sua capital de giro é essencial, a fins de garantir que a saúde financeira da sua empresa, consiga suprir todas as obrigações essenciais mensalmente. Em situações em que encontramos uma má gestão, pode gerar grandes impactos no que diz respeito a pagamentos de impostos de forma exorbitante ou uma possível falência, especialmente nas empresas de pequeno e médio porte (Salomé *et al.* 2021).

Reconhecendo que as Micros e Pequenas Empresas (MPE) contribuem expressivamente para o fortalecimento da nossa economia, gerando novas oportunidades de trabalho, viu-se a necessidade de fazer essa pesquisa com objetivo de mostrar que um dos motivos da mortalidade das MPE dar se pela má gestão dos encargos sociais e trabalhistas.

Assim, esse trabalho de conclusão trata os impactos que esse encargo tem sobre a vitalidade das organizações, trazendo como evitar os aumentos do impacto até mesmo a mortalidade das Micros e Pequenas Empresas (MPE). Evidenciando também que uma administração boa e eficaz, pode implementar estratégias adequadas para resultar reduções significativas de despesas governamentais, com objetivo de mapear pesquisas científicas sobre os encargos financeiros da folha de pagamento nas Micro e Pequenas Empresas.

2. METODOLOGIA

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do trabalho foi mapear pesquisas científicas sobre os encargos financeiros da folha de pagamento nas Micro e Pequenas Empresas.

A metodologia é uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa, através dela que é informado os objetivos a serem alcançados, contribuindo, assim, com a formação de uma pesquisa significativa e capaz de atender as expectativas acadêmica no que diz respeito à aprendizagem (Costa *et al.*, 2007). A maior parte do procedimento metodológico utilizado nesse trabalho de conclusão foi

a pesquisa bibliográfica, levando em consideração que a maioria das fontes de pesquisa e desenvolvimento, partiu de artigos científicos.

De acordo com Willian, metodologia é o conjunto de métodos, estratégias e ferramentas utilizados de forma organizada e sistemática para compreender e solucionar problemas, além de adquirir conhecimento de maneira objetiva e estruturada. Ela ajuda a garantir que as pesquisas sigam um caminho lógico, permitindo que os resultados sejam confiáveis e possam ser reproduzidos por outros pesquisadores (Costa *et al.*, 2007).

De acordo com De Sousa et al. (2021), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo atualizar o conhecimento das pessoas no decorrer da atualidade. Fazendo também com que seja a principal fonte de pesquisas exploratórias para elaboração de trabalhos acadêmicos, artigos científicos entre outros e posteriormente sua publicação de acordo com o tema escolhido para defesa do trabalho de conclusão de curso.

No desenvolvimento foi analisado também pesquisas documentais através de regulamentos e legislações para acrescentar a pesquisa bibliográfica, referente aos encargos sociais e como afetam as micro e pequenas empresas (De Sousa *et al.*, 2021).

Quanto a abordagem, foi utilizado a pesquisa Qualiquantitativas, considerando que o trabalho foi elaborado através de pesquisas descritivas havendo coleta de dados, sem que houvesse interferências nas informações e dados coletados. A base de dados utilizada para elaboração foi o google acadêmico, levando em consideração a facilidade, habilidade e praticidade na extração dos dados bem como, considerando que já foi fonte de pesquisa anterior para equipe (Schneider *et al.*, 2017).

As pesquisas realizadas no Google Acadêmico foi através de palavras-chave "folha de pagamento", "encargos sociais", "encargos trabalhistas", "Evolução dos Encargos Sociais", Encargo de Folha de pagamento, e como afetam as micro e pequenas empresas" e "Regimento Tributário do Simples Nacional" onde os critérios de inclusão para o desenvolvimento do trabalho, foi a seleção de temas semelhantes, palavras chaves que em faziam referência ao tema, legislações, artigos científicos já publicados e de forma específica, temas preferencialmente na língua portuguesa, ordenadas por relevância. Apesar da expressiva quantidade de resultados, foi possível identificar, por meio de uma análise preliminar dos títulos, resumos e palavras-chave, que muitos dos trabalhos encontrados abordavam o tema de forma ampla ou em contextos diferentes do objetivo deste estudo.

Os critérios de exclusão para compor o trabalho de conclusão de curso, foram publicações em línguas estrangeiras, artigos que não complementariam o desenvolvimento do trabalho, que fugia do tema proposto, editoriais, congressos entre outros, porque não faz parte do espectro acadêmico.

Para elaboração de cada tópico existente foram pesquisados, analisados, baixados e selecionados, em média de 200 artigos científicos, para estudo e elaboração dos tópicos e ao todo em média de 30 a 50 artigos para montar o trabalho de conclusão de curso. O que constituem a estrutura e o plano de ação para coletar dados, analisá-los e chegar a conclusões com base em evidências sólidas.

Dessa forma, com os resultados selecionados de forma criteriosa, fundamentada e alinhada foi possível elaborar uma revisão extensiva de todo o material apresentado enfatizando os encargos sociais que refletem na folha de pagamento, assim como, a carga tributária para manter um colaborador e uma empresa, de forma atuante no mercado, concretizando o objetivo do trabalho.

Os artigos escolhidos tratam de questões relevantes ao tema, com foco em pontos importantes como a composição da folha de pagamento, os impactos dos encargos sociais e a gestão desses custos nas organizações. Essa seleção permitiu que os materiais utilizados fossem pertinentes e enriquecessem a fundamentação teórica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os procedimentos metodológicos variam dependendo do tipo de pesquisa e do campo de estudo, mas geralmente incluem as seguintes etapas a saber: (i) Definição do tipo de pesquisa: Determinar o tipo de pesquisa que será realizado, como pesquisa experimental, pesquisa descritiva, pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa, estudo de caso, entre outros. Já a escolha depende dos objetivos da pesquisa e da natureza dos dados a serem coletados.

Abaixo segue tabela demonstrativa dos resultados obtidos durante elaboração da tese mediante critérios de exclusão e inclusão:

TABELA 01: RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PESQUISA	NOME DA REVISTA
1	2016	DIAS, André Costa	PROVENTOS E DESCONTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO	Bibliográficas	REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI, Nº. 05 - Jornada Científica - Brasil - 2012
2	2015	Brocker E Silva	O impacto da desoneração da folha de pagamento de uma empresa de transporte coletivo de passageiros	Descritivo e Exploratório	REVISTA ELETRONICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
3	2017	Silveira e Raupp	Os impactos da desoneração da folha de pagamentos em uma empresa de tecnologia da informação	Exploratória	REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL
4	2018	Finizola, Cruz e Santos	IMPACTO DA DESONERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ABORDAGEM PRÁTICA	Qualitativo – descritivo	Revista UNEMAT De Contabilidade
5	2016	Barreto, Fernandes e Júnior	Perícia Contábil Sobre a Desoneração da Folha de Pagamento: Caso em Empresa de Construção de Obras de Infraestrutura	Exploratória	Pensar Contábil
6	2015	Da Costa	Desoneração da folha de pagamento: impactos fiscais e econômicos de um hotel em Florianópolis	Qualitativa	Navus - Revista tecnológica

7	2014	DE MENDONÇA, MOURA,	Política pública de fomento, desoneração tributária e contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento		Revista de Direito Publico
8	2018	Da Silva	IMPACTO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA	Bibliográfica - Documental	Revista UNEMAT De Contabilidade
9	2015	Meyer, L., Spolador, H. F. S., & Lucinda	As Políticas Industriais Brasileiras: um ensaio sobre a desoneração da folha de pagamentos	Descritiva	Revista Paranaense De Desenvolvimento
10	2018	Márcia Barbosa; DA COSTA PINTO, Eduardo	OS IMPACTOS DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS, LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL SOBRE OS ENCARGOS TRABALHISTAS	Bibliográfica	Revista Eletrônica Organizações e Sociedade
11	2020	DOS SANTOS SILVA, Valessa; DE ALMEIDA RIBEIRO, Antonia Wigna; JORGE FERNANDES, Antonio.	OS EFEITOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO COMPORTAMENTO DOS CUSTOS NA EMPRESA ALPARGATAS S. A	Descritiva	Revista Eletrônica de Administração
12	2017	MARCOS, M. G.; SIQUEIRA, W. L.; DA SILVA, Marcelo Dias	CUSTO DE MÃO DE OBRA: o impacto do custo de mão de obra sobre o salário hora contratual, um estudo de caso na Empresa X	Estudo de caso	Revista unifagoc
13	2014	DE OLIVEIRA, Ariana Martins Bernardes	O IMPACTO DA MUDANÇA DE BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL EM	Descritiva - Qualitativa	Revista da UNIFEFE

			EMPRESAS DO SETOR MOVELEIRO		
14	2024	ANDRADE, Isabeli Martins Silva	ANÁLISE DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS	Bibliográfica – Descritiva	RACI-Revista Administração e Contábeis IDEAU
15	2022	RIBEIRO, Letícia Loren Fernandes; DE BESSA SANTOS, Kaio	OS CUSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE OS EMPREGADOS NO BRASIL E OS SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	Bibliográfica – Quantitativa	Revista Científica da Faculdade Quirinópolis,
16	2019	LEITE, Victor Afonso Linhares Lima; DE SOUZA NETO, Moises Ozório; SOARES, José Mauro Madeiros Velôso	Planejamento tributário com ênfase na lei complementar nº 155/16: Um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviço de fonoaudiologia da cidade de Mossoró/RN.	Descritiva – Qualitativa	Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos
17	2022	DE MELO, Andrielly Karoline; DE OLIVEIRA, Francielle Kathleen Pascoal; URQUIZA, Pedro	A IMPORTÂNCIA DA SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEFINIR O ENQUADRAMENTO ADEQUADO DURANTE A CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA	Bibliográfico – Qualitativo	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
18	2017	SANTOS, Denise Araújo; POSSANI, Patricia Kozoroski	PLANEJAMENTO O TRIBUTÁRIO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA NO RAMO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Estudo de caso	Revista Científica - Faculdade de Balsas
19	2014	BERTINI, Emerson Roloff; WÜNSCH, Paulo Eduardo Rosselli	O impacto financeiro e contábil da desoneração da folha de pagamento em indústrias calçadistas do Vale do Paranhana	Qualiquantitativa	Revista Eletrônica de Ciências Contábeis

20	2003	DE ALBUQUERQUE	O IMPOSTO ÚNICO E A REFORMA TRIBUTÁRIA	Bibliográfico	Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
21	2017	SANTOS, Denise Araújo; POSSANI, Patricia Kozoroski	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estudo de caso em uma empresa no ramo da prestação de serviços	Estudo de caso	REVISTA CIENTÍFICA UNIBALSAS
22	2017	MARCOS, M. G.; SIQUEIRA, W. L.; DA SILVA, Marcelo Dias	CUSTO DE MÃO DE OBRA: o impacto do custo de mão de obra sobre o salário hora contratual, um estudo de caso na Empresa X	Descritiva	Revista.unifagoc
23	2019	DE LIMA UCELO, Eduardo	HOLDINGS MISTA: UMA FORMA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A REDUÇÃO DOS IMPOSTOS E BLINDAGEM PATRIMONIAL	Estudo de caso	Revista Científica da Ajes
24	2022	SCHENEIDER, Marlisson Lima; DE ARAÚJO, Maurilio Arruda	A Relação entre a Desoneração da Folha de Pagamento e Algumas Variáveis Econômicas	Descritiva	Revista Controladoria e Gestão
25	2021	BATISTA, Henrique Rossi; ALVES, André Luís Centofante PESSÔA, Leonel Cesarino;	OS IMPACTOS DA ONERAÇÃO TRIBUTÁRIA EM FOLHA DE SALÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	Bibliográfica	Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca
26	2020	PINTO, Alexandre Evaristo; ZUGMAN, Danie	Uma análise da qualidade dos gastos tributários com o Simples Nacional	Bibliográfica	Revista Direito Tributário Atual
27	2009	PEREIRA, Mauricio Fernandes et al	Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil.	Bibliográfica	RAI-Revista de Administração e Inovação

28	2011	ZOUAIN, Deborah Moraes et al	Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil.	Bibliográfica	Revista de Administração Pública
----	------	------------------------------------	--	---------------	----------------------------------

O planejamento tributário é uma ferramenta que busca reduzir cargas tributárias empresariais, que visa evitar problemas econômicos futuros dentro de uma empresa, onde engloba análises jurídicas e contábeis, para elaboração do plano de ação (De Melo *et al.*, 2022).

Tributo segundo o Art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN) é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito por Lei”.

A falta de conhecimento ou falta de interesse em investir no planejamento tributário, influencia diretamente no mau funcionamento dos estabelecimentos, onde não há de fato um monitoramento ou conhecimento das reais taxas que devem ser pagas referente impostos federais, municipais e estaduais.

De maneira geral, a importância da contabilidade na gestão tributária e principalmente de um contador que esteja qualificado para assumir esse papel de gestor fiscal, com objetivo de auxiliar e direcionar a empresa no seu crescimento financeiro, administrativo, contábil, buscando estratégias para redução da carga tributária, economias de impostos com intuito de deixar a empresa apta para o negócio competitivo dentro do mercado (Leite, Soares *et al.* 2019).

Na contratação de um colaborador, vários itens são exigidos por Lei, de acordo com a CLT que rege todas as obrigações, direitos e deveres do empregador e empregado, e é de responsabilidade do contratante arcar com pagamento mensal de salário, 13º salário, FGTS, INSS, hora extra, descanso semanal remunerado. E ainda arcar com custos como vale transporte, vale refeição, ajuda de custo, salário família entre outros (Ribeiro *et al.* 2022).

Em Dias *et al.* (2016) na folha de pagamento deverá conter todas as descrições necessárias de forma clara e objetiva, o que se refere a cada desconto ou gratificação do colaborador. De forma geral, trazendo brevemente os conceitos, provento é

considerado bonificações pagas pelo empregador que pode ser adicional noturno, horas extras, adicional de insalubridade, ajuda de custo, comissões, periculosidade entre outros.

Segundo o Artigo 464 da CLT, é obrigação da empresa entregar em 2 vias (uma do contratado e outra do contratante) o holerite ao seu funcionário, assim que pagamento do salário for realizado, gerando transparência entre os valores debitados e creditados, comprovando o recebido do valor discriminado no documento (Andrade *et al.*, 2024).

Para realização do cálculo na folha de pagamento, é necessário realizar a classificação dos colaboradores no que diz respeito a categoria pertencente (serviço, indústria ou comércio) considerando que para cada categoria, possui um Sindicato específico que representa aquele grupo (Bertini *et al.* 2014).

Dias *et al.* (2016), o salário contratual é valor acordado antes de iniciar a jornada de trabalho entre empregador e empregado, que de acordo com salário base e através do sindicato responsável pela categoria, varia de acordo com sua qualificação. A insalubridade é um adicional obrigatório a trabalhadores que são expostos a agentes nocivos à saúde de acordo com NR 15 e artigo 189 da Consolidação Das Leis de Trabalho (CLT). O afastamento ou desligamento do colaborador, acarretará pagamentos de multas rescisórias, além de indenizações proporcional ao tempo de trabalho. A contribuição previdenciária conhecida como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o pagamento do benefício da Previdência Social correspondente a contribuição para aposentadoria após encerramento da vida profissional. E em caso de faltas sem atestado médico ou justificativas, poderá ser descontado.

Os encargos trabalhistas são direitos do trabalhador previstos em lei e incluem o limite mensal e diário de sua jornada de trabalho. Caso haja horas excedentes, estas deverão ser remuneradas com um acréscimo de 50% para horas trabalhadas em dias úteis e de 100% para aquelas realizadas em domingos ou feriados, somadas ao salário do colaborador (Marcos; Siqueira *et al.*, 2017).

O cálculo do valor das horas extras é realizado com base no salário mensal do funcionário, dividido pela carga horária obrigatória do mês. O resultado obtido é então multiplicado pela quantidade de horas extras realizadas pelo colaborador (Marcos; Siqueira *et al.*, 2017).

Os principais tributos sobre a folha de pagamento, vem da contribuição previdenciária. Com objetivo de tentar reduzir a incidência desses encargos, é

fundamental contar com auxílio de um profissional especializado, como o contador. É essencial que ele esteja constantemente atualizado em relação as reformas tributárias e possua expertise necessária para elaboração do planejamento estratégico e tributado eficaz, visando redução de custos para melhor toma de decisão. Dessa forma, é possível equilibrar o lucro da empresa considerando as despesas, obrigações essenciais para seu funcionamento (Brockner; Da Silva *et al.*, 2015).

As empresas que optam por não seguir com o planejamento estratégico, enfrentam grandes desafios, diante da alta carga tributária no Brasil. Sem a devida orientação, a tendência é que essas empresas progressivamente se endividem, a ponto de não conseguir honrar com seus compromissos financeiros e esse ciclo de inadimplência, pode se transformar em uma “bola de neve” e as consequências adotadas, são as práticas informais pelos empresários, que muitas vezes recorrem a abertura de novos CNPJ's ou decretando falência (Brockner; Da Silva *et al.*, 2015).

De acordo com Neves Júnior *et al.* (2016), em meados de Agosto de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior (PBM) um incentivo fiscal para estimular a produtividade das empresas, onde houve a criação do tributo Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) que deu início a “desoneração da folha de pagamento” fazendo com que determinadas empresas de acordo com sua atividade, setor econômico e produto fabricado ou serviço prestado, substituía sua contribuição previdenciária de 20% sobre a folha, por uma alíquota de 1% a 4,5% de acordo com a receita bruta mensal.

O PBM foi criado cujo objetivo principal, era a geração de novos empregos e aumento da renda dos cidadãos brasileiros e para promover a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) para Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB), que foi estabelecida pela Medida Provisória nº 540 de Agosto de 2011 e posteriormente revogada na Lei nº 12.546 de 14 de Dezembro de 2011.

Inicialmente, a regra não contemplada todos os ramos e setores dos estabelecimentos, sendo restrita apenas para atividade de Tecnologia da Informação (T.I) e (TIC) Tecnologia da Informação e Comunicação (Da Silveira; Raupp *et al.*, 2017).

Ainda no contexto de redução de benefícios, em 2015, segundo Da Silva (2018) e Cruz *et al* (2018), as empresas que eram obrigadas a fazer o recolhimento referente a CRPB, passaram a contribuir com alíquotas específicas definidas pela legislação, abrangendo novos setores econômicos.

A contribuição patronal deve ser paga pelas empresas, equivalente a alíquota imposta na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que foi convertida pela Medida Provisória (MP) nº 563, de 3 de abril de 2012 (BRASIL, 2012) salientando ainda que as demais contribuições e tributações legais, deverão ser incidentes e pagas normalmente na folha de pagamento (Da Costa; Magalhães *et al.*, 2015).

Mendonça (2014) e Da Costa Moura *et al.* (2014), a desoneração tributária configura-se é um incentivo fiscal jurídico-tributário, cujo objetivo é impulsionar a economia sem que haja impacto no desemprego e formalização junto ao mercado de trabalho e com redução de custos.

As vantagens da desoneração da folha de pagamento incluem aumento de competitividade da indústria nacional, por meio de redução de custos estimulando assim, as exportações dos produtos. Outro ponto, é conforme já citado anteriormente, favorece a formalização de trabalho considerando que o impacto financeiro irá recair sobre a receita bruta da empresa, ao invés de incidir na folha de pagamento.

Outro aspecto positivo é o caráter proporcional da contribuição: empresas que registram maior faturamento contribuem mais, enquanto aquelas com menor faturamento recolhem valores reduzidos, promovendo um equilíbrio tributário adaptado à realidade econômica de cada organização (Da Silva *et al.* 2017).

A principal desvantagem da desoneração da folha de pagamento, ainda em Da Silva *et al.* (2017), está no fato de que, em casos isolados, a carga tributária poderá ser maior ao montante incidente do holerite, acarretando desequilíbrios financeiros, tornando a empresa economicamente, vulnerável.

Com base no que foi apresentado anteriormente, foi levantado a possibilidade de criação de Holding (empresa que controla outras empresas) como estratégias para planejamento tributário. Nessa análise, estão incluídos conceitos apresentados, discussões e debates com profissionais cujo objetivo é avaliar estratégias econômicas e financeiros, considerando aspecto financeiro e tributário.

De Oliveira *et al.* (2014) a contribuição previdenciária tem como finalidade o financiamento da segurança social que corresponde à previdência, assistência e saúde para correção de problemas de competitividade industrial.

Meyer *et al.* (2015) a isenção da folha de pagamento significa uma grande redução de encargos trabalhistas, considerando que se trata de um imposto responsável pelo financiamento de benefícios trabalhistas adotado a nível Nacional e em outros países.

A escolha incorreta da tributação, pode gerar impactos financeiros e sociais dos encargos trabalhistas, que pode resultar em aumento de custos, redução de benefícios e implicações, além de expor e deixar vulnerável a empresa, com riscos de fiscalização e aplicação de multas. Uma das formas mais comuns e adotadas pelas MPE é o regimento tributário do Simples Nacional, que possuem tributos unificados e que colaboram para diminuição da carga tributária dos empreendimentos (Andrade *et al.*, 2010).

É através do recolhimento mensal dos tributos na guia unificada conhecida como Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que estão inclusos os seguintes tributos: CSLL, IRPJ, ISS, ICMS, IPI, COFINS, PIS/PASEP/, CPP.

Atualmente, as empresas que não optarem por seguir com esse regime tributário, sofrerá impactos grandes diretamente, principalmente sobre 13º salário e férias, entre outras pagas de forma adicional de direito do trabalhador (Dos Santos; De Lima *et al.*, 2018).

O sistema tributário Brasileiro é um dos mais complexas. A legislação tributária federal, conta com cerca de 56.000 artigos, entre parágrafos, incisos etc. e a cada ano, esses dados, no entanto, se desatualizam diariamente, considerado que a cada ano, são editadas e revogadas novas normas, legislações, portarias (De Albuquerque *et al.*, 2003).

Os gastos tributários crescem com passar dos anos e o principal motivo desses gastos, é com empresas do regime tributário Simples Nacional e para entender se está sendo executado da forma que foi criado, seria através de avaliações e estudos complementares, com base outros países (Pessôa *et al.*, 2020).

Além de que alguns governos municipais juntamente com estaduais, criam projetos de incentivos fiscais e dependendo da atividade, inclui a isenção fiscal para manter o apoio aos empresários. De forma geral, cabe ao profissional habilitado da empresa juntamente com representante legal, entender, estudar e analisar de forma macro as possibilidades e em qual patamar a empresa deseja chegar e assim, montar um planejamento estratégico para aplicação do regime tributário a ser seguido na operação da empresa (Andrade *et al.*, 2010).

Na busca pela melhoria dos resultados das empresas, é essencial adotar práticas que reduzam os custos operacionais, sem que reflita na entrega e qualidade de entrega do produto ou serviço (Dos Santos *et al.*, 2020).

Na tabela abaixo segue diferença dos encargos sociais e trabalhistas das empresas enquadradas no Lucro Real, Lucro presumido e Simples Nacional:

Encargos Sociais e Trabalhistas			
LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO		SIMPLES NACIONAL	
ENCARGOS SOCIAIS	48,73%	ENCARGOS SOCIAIS	19,93
INSS (PATRONAL)	20,00%	PREVIDENCIARIO (FÉRIAS,13º E DSR)	7,93%
PREVIDENCIARIO (FÉRIAS,13º E DSR)	7,93%	FGTS	8,00%
FGTS	8,00%	PROV.MULTA FGTS/RESC.	4,00%
PROV.MULTA FGTS/RESC.	4,00%	OUTROS	0,00%
INCRA	0,20%	ENCARGOS TRABALISTAS	19,44%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	FÉRIAS	11,11%
SEBRAE	0,60%	13º SALÁRIO	8,33%
SENAI	1,00%	OUTROS	0,00%
SESI	1,50%		
SEGURO ACID.TRAB	3,00%		
OUTROS	0,00%		
ENCARGOS TRABALISTAS	19,44%		
FÉRIAS	11,11%		
13º SALÁRIO	8,33%		
OUTROS	0,00%		
TOTAL DOS ENCARGOS	68,17%	TOTAL DOS ENCARGOS	39,37%

Fonte: Autoral

No regime de Lucro Real e Lucro Presumido, os encargos totais representam 68,17% da folha de pagamento, resultando os custos mais onerosos para as empresas. Esse alto percentual aumenta significativamente os custos operacionais, impactando a rentabilidade e, em alguns casos a vitalidade da sobrevivência do negócio (Andrade *et al.*, 2010).

Já no Simples Nacional, os encargos sociais e trabalhistas são reduzidos para 39,37% da folha. Essa diminuição significativa é proporcionada pela redução tributária e pela isenção de alguns encargos presentes em outros regimes, o que garante às empresas maior rentabilidade financeira e competitividade no mercado (Andrade *et al.*, 2010).

Essas diferenças afetam diretamente a viabilidade e a capacidade de investimento das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). O Simples Nacional, ao reduzir a carga tributária, possibilita maior equilíbrio financeiro, enquanto o Lucro Real e o Lucro Presumido precisam de uma gestão mais rigorosa para lidar com os custos elevados e assegurar a sustentabilidade empresarial (Andrade *et al.*, 2010). Dessa forma, a escolha do regime tributário mais adequado é

fundamental para o sucesso das empresas, influenciando diretamente sua estrutura de custos e sua permanência no mercado econômico. Avaliar as características de cada regime e sua adequação ao perfil da empresa é essencial para garantir sua competitividade e longevidade. Por esse motivo a escolha de um contador que tenha conhecimento e experiência pode fazer toda a diferença para a empresa (Andrade et al. 2010).

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) mesmo apresentando uma taxa de mortalidade com menos de 5 anos de atividade, de acordo com o SEBRAE, no Brasil os principais motivos dessa mortalidade precoce, foi devido deficiência no planejamento, pouco desenvolvimento do empreendedor responsável e o que fez com que as empresas se destacassem, foi justamente a inovação juntamente com desenvolvimento da tecnologia e sua aplicação nas empresas (Pereira *et al*, 2009).

Em Zouain et al. (2011) outro principal motivo para vitalidade das empresas, é manter um capital de giro ativo que significa a empresa possuir dinheiro para honrar compromissos a curto prazo, por esse motivo, é essencial que toda e qualquer empresa, independente de porte, possua reserva financeira, isso significa que ela está sempre preparada para qualquer dificuldade financeiro e reduzindo riscos de crises.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que as Micro e Pequenas Empresas possuem um alto custo de carga tributária desde folha de pagamento, encargos trabalhistas, sociais, socioeconômicos, manutenção, despesas operacionais entre outros, incluindo a rotatividade de empregos e contribuindo na alavancagem da economia brasileira.

Com a escolha adequada do regime tributário para a organização, essa escolha reflete na geração de novos empregos, criação de novos produtos, marcas, buscando inovações em alta tecnologia ou metodologia operacional agregando no mercado da Economia. Pois a empresa terá mais recursos para investir.

Já com a onerosidade dos encargos tributários, reflete no encarecimento da mão de obra. Contudo, para que a empresa tenha destaque no mercado, faz-se necessário que o administrador da empresa, sempre esteja conectado com as inovações que a atualidade trás através dos avanços tecnológicos e metodologias de ensino, capacitando a si e a todo seu time operacional, agregando nos valores e crescimento das empresas.

Outro ponto importante para se manter no mercado, é estar sempre apto para feedbacks de clientes, de forma a sempre buscar melhorar seu atendimento ou serviço realizado, fazendo com que seus clientes sejam fidelizados e novos clientes sejam despertados, através de indicações.

Manter o padrão de atendimento, prezar sempre pela excelência ou pelo melhor atendimento ou prestação de serviço possível, para aquela pessoa física ou jurídica, sempre com disciplina e organização. Utilizando estratégias de marketing, posicionamento, comunicação, através das plataformas digitais e redes sociais atuais e mais utilizadas, de forma alcançar o maior quantitativo de clientela, fazendo também com que você analise a concorrência e planeje a melhor forma de lidar.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Juliana Santos de. **Vantagens e desvantagens do Simples Nacional. 2010.** Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25729/000751600.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de Novembro de 2024.
- ANDRADE, Isabeli Martins Silva et al. ANÁLISE DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS. **RACI-Revista Administração e Contábeis IDEAU**, v. 3, n. 1, p. e167-e167, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ideau.com.br/index.php/raci/article/view/167> Acesso: 20 de Outubro de 2024.
- BERTINI, Emerson Roloff; WÜNSCH, Paulo Eduardo Rosselli. **O impacto financeiro e contábil da desoneração da folha de pagamento.** Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/59>. Acesso: 23 de Outubro de 2024
- BROCKER, Ana Paula Coelho; DA SILVA, Sebastião Zeno. O impacto da desoneração da folha de pagamento de uma empresa de transporte coletivo de passageiros. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, n. 7, p. 242-271, 2015. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/293> Acesso: 18 de Outubro de 2024.
- BITTENCOURT, Mayra. **Impactos dos encargos sociais na economia brasileira.** Nova Economia_ Belo Horizonte_18 (1)_53-86_janeiro-abril de 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/LNrQGLD3rVybCYzwx47CYVQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 e 05 Setembro 2024.
- DA COSTA ECHEVARRIETA, Andreza Cristina et al. **Desoneração da folha de pagamento: impactos fiscais e econômicos de um hotel em Florianópolis.** Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, v. 5, n. 2, p. 27-39, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350450617004.pdf> Acesso:15 de Novembro de 2024.
- DA SILVA, Mércia. **IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NOS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DIRECIONAL ENGENHARIA.** CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/11496/1/Impactos%20da%20reforma%20trabalhista%20nos%20tributos%20incidentes%20sobre%20a%20folha%20de%20pagamento%20na%20empresa%20de%20constru%20c%27%20a%203o%20civil%20Direcional%20Engenharia.pdf> Acesso em: 05 Setembro de 2024.
- DA SILVA, Zilma et al. **Impacto da desoneração da folha de pagamento em uma indústria alimentícia.** Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 6, n. 12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/2690/2268> Acesso: 19 de Outubro de 2024.
- DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2336->

[Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308%20\(1\).pdf](#) Acesso em: 25 de Outubro de 2024

DE ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. O IMPOSTO ÚNICO E A REFORMA TRIBUTÁRIA. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 9, 2003. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/459>. Acesso: 23 de Outubro de 2024

DE MELO, Andrielly Karoline; DE OLIVEIRA, Francielle Kathleen Pascoal; URQUIZA, Pedro. A IMPORTÂNCIA DA SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEFINIR O ENQUADRAMENTO ADEQUADO DURANTE A CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 10, p. 4348-4362, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7494> Acesso: 22 de Outubro de 2024

DE OLIVEIRA, Ariana Martins Bernardes et al. O impacto da mudança de base de cálculo e alíquota da contribuição previdenciária patronal em empresas do setor moveleiro. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/RevistaUnifebe/article/view/315> Acesso: 20 de Outubro de 2024.

DIAS, André Costa *et al.* PROVENTOS E DESCONTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI**, 2016. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=2495> Acesso: 25 de Outubro de 2024.

DE LIMA UCELO, Eduardo *et al.* HOLDINGS MISTA: UMA FORMA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A REDUÇÃO DOS IMPOSTOS E BLINDAGEM PATRIMONIAL. **Revista Científica da Ajes**, v. 8, n. 17, 2019. Disponível em: <https://mail.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/210> Acesso: 29 de Outubro de 2024.

DOS SANTOS SILVA, Valessa; DE ALMEIDA RIBEIRO, Antonia Wigna; JORGE FERNANDES, Antonio. OS EFEITOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO COMPORTAMENTO DOS CUSTOS NA EMPRESA ALPARGATAS SA. REA-**Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 1, p. 157-177, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/rea/article/viewFile/1561/1427> Acesso: 25 de Outubro de 2024.

LEITE, Victor Afonso Linhares Lima; DE SOUZA NETO, Moises Ozório; SOARES, José Mauro Madeiros Velôso. Planejamento tributário com ênfase na lei complementar nº 155/16: Um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviço de fonoaudiologia da cidade de Mossoró/RN. Redeca, **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 6, n. 2, p. 103-127, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/redeca/article/view/44154> Acesso: 22 de Outubro de 2024

LOPES, Julia. **Sancionada com vetos a lei que mantém desoneração da folha de pagamento em 2024** - Fonte do senado, 17 de Setembro 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/09/17/sancionada-com-vetos-a-lei-que-mantem-desoneracao-da-folha-de-pagamento-em->

[2024#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20lei,os%2020%25%2C%20em%202024](#). Acesso em: 29 de Setembro 2024

MARCOS, M. G.; SIQUEIRA, W. L.; DA SILVA, Marcelo Dias. **CUSTO DE MÃO DE OBRA: o impacto do custo de mão de obra sobre o salário hora contratual, um estudo de caso na Empresa X**. 2017.

Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/caderno/article/view/388>

Acesso: 20 de Outubro de 2024.

MEYER, Leandro; SPOLADOR, Humberto FS; LUCINDA, Cláudio. As políticas industriais brasileiras: um ensaio sobre a desoneração da folha de pagamentos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 36, n. 128, p. 83-100, 2015.

Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/751>

Acesso: 19 de Outubro de 2024.

NETO, BOTÃO; BATISTA, Silvestre. **A representatividade dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento: um estudo de caso em uma prestadora de serviços**. 2019.

NEVES JÚNIOR, Idalberto José das; FERNANDES, Claudiomar Macêdo; BARRETO, Marcelo Daia. Perícia Contábil Sobre a Desoneração da Folha de Pagamento: Caso em Empresa de Construção de Obras de Infraestrutura. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 66, 2016.

Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2813> Acesso: 15 de Novembro de 2024

PEREIRA, Mauricio Fernandes et al. Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/973/97312503004.pdf> Acesso em:

PESSÔA, Leonel Cesarino; PINTO, Alexandre Evaristo; ZUGMAN, Daniel. Uma análise da qualidade dos gastos tributários com o Simples Nacional. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 45, p. 593-624, 2020. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1203> Acesso em 06 de Janeiro de 2025.

RIBEIRO, Letícia Loren Fernandes; DE BESSA SANTOS, Kaio. OS CUSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE OS EMPREGADOS NO BRASIL E OS SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO. **Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**, v. 1, n. 12, p. 333-340, 2022. Disponível em: <https://recifaqui.fagui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/155> Acesso: 01 de Dezembro de 2024.

SANTOS, Denise Araújo; POSSANI, Patrícia Kozoroski. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: estudo de caso em uma empresa no ramo da prestação de serviços. **REVISTA CIENTÍFICA UNIBALSAS**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.unibalsas.edu.br/index.php/unibalsas/article/view/54/46> Acesso: 22 de Outubro de 2024

SALOMÉ, Fernanda Franciele Sousa et al. O impacto da pandemia do COVID-19 na gestão financeira das micro e pequenas empresas do setor varejista de Cláudio-MG. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e36910615303-e36910615303, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15303/14203> Acesso em: 24 de Setembro 2024

SILVA, Valessa dos Santos. **OS EFEITOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO COMPORTAMENTO DOS CUSTOS NA EMPRESA ALPARGATAS SA.** KARIDJA KALYANE CARLOS DE FREITAS MOURA (Organizadora), 2020. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/rea/article/viewFile/1561/1427> Acesso: 20 de Outubro de 2024.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157/100> Acesso em: 25 de Outubro de 2024.

SCHNEIDER, Marlisson Lima; DE ARAÚJO, Maurilio Arruda. A Relação entre a Desoneração da Folha de Pagamento e Algumas Variáveis Econômicas. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 685-702, 2022. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/rcg/article/view/16459> Acesso: 01 de Novembro de 2024

ZOUAIN, Deborah Moraes *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 863-884, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/63XdKH7Q58W7xbVMsnVgLCB/> Acesso em 07 de Janeiro de 2025.